



O DEBATE DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

SILVA, Ariane Bruna dos Santos¹
AZINARI, Amanda Pereira da Silva²

Resumo

Este texto é sobre a aprovação da Lei nº 563/2015 do Plano Municipal de Educação do Município de Porto dos Gaúchos/MT, ao que se refere à construção do debate de gênero e sexualidade silenciado na conjuntura desde o Plano Nacional de Educação 2014/2024 forjando lutas para garantia da inclusão dos temas nas políticas educacionais, neste caso do município em estudo. O texto é resultado de uma pesquisa qualitativa com uso de entrevistas e análise bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Plano municipal de educação.

Abstract

This text presents discussions about the approval of Law No. 563/2015 of the Municipal Education Plan of the Municipality of Porto dos Gaúchos / MT, regarding its construction and the gender and sexuality debate, sometimes silenced considering the situation since the National Education Plan 2014/2024 forging struggles to guarantee the inclusion of themes in educational policies, in this case the municipality under study. The text is the result of a qualitative research using interviews and bibliographic and documentary analysis.

Keywords: Gender, Sexuality, Municipal education plan.

Resumen

Este texto presenta discusiones sobre la aprobación de la Ley N ° 563/2015 del Plan Municipal de Educación del Municipio de Porto dos Gaúchos / MT, en cuanto a su construcción y al debate de género y sexualidad, en ocasiones silenciado considerando la situación desde la Plan Nacional de Educación 2014/2024 forjando lutas para garantizar la inclusión de temas en las políticas educativas, en este caso el municipio en estudio. El texto es el resultado de una investigación cualitativa mediante entrevistas y análisis bibliográfico y documental.

Palabras clave: Género, Sexualidad, Plan de educación municipal.

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Professora efetiva da rede municipal de Tapurah-MT. arianebruna@outlook.com

² Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Licenciada em Pedagogia, professora efetiva da rede estadual de educação de Mato Grosso, Professora interina do Curso de Pedagogia na área de metodologia do ensino. Professora efetiva da rede estadual de educação de Mato Grosso na E. E. Comendador Jose Pedro Dias. amandaps_jra@hotmail.com



1. Introdução

Este texto traz fragmentos do Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, a partir do levantamento bibliográfico e dos documentos e leis oficiais sobre a temática. Aborda como as relações de gênero foram invisíveis na construção do Plano Municipal Educação³ no Município de Porto dos Gaúchos/MT, impulsionada pela retirada dos termos Identidade de Gênero e Orientação Sexual após a propagação da “ideologia de gênero⁴” em âmbito nacional.

O texto é fragmento do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em janeiro de 2018 e pautou-se em compreender as percepções sobre as relações de gênero permeadas nas discussões da elaboração do primeiro Plano Municipal de Educação de Porto dos Gaúchos (2014-2024). Teve como principal motivação reflexões geridas à partir das vivências pessoais da pesquisadora, que em determinados momentos de sua trajetória escolar, se deparou com situações de preconceitos e discriminação por não se enquadrar nos estereótipos pré-determinados socialmente.

O Município de Porto dos Gaúchos se constituiu por meio do derramamento de muito sangue inocente e possui um histórico de massacres e violências contra quase todas as formas de diversidade de povos presentes neste território, em especial povos indígenas e população negra.

Nascida e criada nesta cidade pacata, porém de uma forte tradição familiar patriarcal que preza pelos “bons costumes da família”, me via em mundo ao qual não me encaixa, pois, sendo mulher, meus trejeitos, gostos e desejos não estavam de acordo com o que se impõe como correto naquele lugar. Anos de crises de identidade e rebeldias tentavam me afastar do meu verdadeiro eu. Era repreendida pela família, por colegas, por professores, enfim, por todos que de alguma forma encontravam-se inseridos também nessa “cultura patriarcalista” que homogeneiza e determina os papéis de cada pessoa dentro da sociedade.

A escola é um espaço que tem como uma das funções sociais a promoção ao respeito à pluralidade de identidades de gênero existentes em nossa sociedade. A função é também formar cidadãos. Partindo desse pressuposto compreende-se que as políticas públicas são de

³ Aprovado pela Lei nº 563/2015 de 09 de Junho de 2015.

⁴ A Ideologia de Gênero afirma que ninguém nasce homem ou mulher, mas deve construir sua própria identidade, isto é, o seu gênero, ao longo da vida. Para isso, gênero seria então uma construção pessoal, auto-definida, e ninguém deveria ser identificado como “homem” ou “mulher”, mas teria de inventar sua própria identidade. (Cartilha Ideologia de Gênero- Sem autor definido)



grande importância como complementação e base para a formação dos currículos escolares de forma a abranger grupos socialmente inferiorizados, considerando que a escola é um local que reproduz essas diferenças, distinções e desigualdades (LOURO, 1997, p. 32).

A importância de se ter políticas públicas que garantam o ensino sobre os estudos de gênero tem como finalidade de contribuir no diálogo a respeito da temática como forma de minimizar práticas discriminatórias e preconceituosas no contexto escolar e na sociedade.

Pretendeu-se então, com este texto, dialogar sobre a “ideologia de gênero” e compreender os conceitos de identidade de gênero, orientação sexual, além de apresentar o contexto sócio histórico do município de Porto dos Gaúchos/MT visando a compreender e analisar os processos e discussões em torno da retirada dos termos Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Plano Municipal de Educação observando o contexto colonial como fator determinante no silenciamento da temática em Porto dos Gaúchos através da análise bibliográfica, documental e de entrevistas semiestruturadas a partir das narrativas (CLANDININ; CONELLY, 2011).

2. Porto dos Gaúchos: o processo histórico, lutas, conflitos e silenciamento na colonização

O processo histórico de “colonização” de Porto dos Gaúchos se deu de maneira conflituosa, não muito diferente dos fatos que são historicamente conhecidos na colonização da Ilha de Vera Cruz, posteriormente denominado de Brasil. A ocupação de um território por pelos descendentes de europeus, trouxe consigo a hostilidade para com aqueles que eram legítimos donos da terra. Isso é um retrato similar do pensamento de exploração e desrespeito com as etnias que ali existiam, mas que é tratado como um ato de heroísmo e bravura para a sociedade “civilizada”. A abordagem metodológica e os caminhos percorridos para à realização da presente pesquisa também estão descritos neste capítulo.

O processo histórico de um lugar tem muito dos seus reflexos em dias atuais. Sua formação, suas raízes, sua cultura, tudo isso implica num processo de formação de uma sociedade e todos os suas particularidades. Para adentrarmos nesse mundo, mergulhamos no processo histórico do município pesquisado.



Porto dos Gaúchos⁵ é um município localizado na mesorregião região Noroeste do Estado de Mato Grosso, com uma área 6.862,118 km² e possui uma população de 5.449 habitantes, de acordo com IBGE (2013). A denominação gentílica dada aos habitantes nascidos neste local é porto-gauchenses.

A História de Porto dos Gaúchos está ligada aos programas de ocupação do centro-oeste brasileiro e a Marcha para o Oeste propagada pelo governo de Vargas, e, posteriormente serviu de estímulo para o governo da ditadura, uma vez que o espaço era considerado um vazio geográfico (SANT'ANA, 2009).

Incentivados e patrocinados pelo governo federal, muitas pessoas, principalmente do sul do país, movidos pelo interesse das grandes riquezas da Amazônia, compraram a ideia do governo e decidiram “desbravar” essa região.

Em 11 de novembro de 1963 o distrito de Porto dos Gaúchos foi elevado à categoria de município sendo desmembrado do município de Diamantino pela Lei Estadual nº 1945. Porto dos Gaúchos foi constituído sede do novo município em 03 de Maio de 1965. A fundação de Porto dos Gaúchos foi historicamente marcada por conflitos entre os vários povos indígenas que aqui já se faziam presentes nesta localidade e que foram expulsos com a chegada dos então denominados “colonizadores”.

Este espaço foi palco de um massacre sem tamanho contra os povos que aqui se encontravam. A disputa pelo território se dava de muitas formas, não só apenas em conflitos físicos, mas também na dominação de vários grupos com suas culturas e modos de ser. Por serem vistos como ameaças, muitos índios foram dizimados, outros foram levados para a atual área do Xingu, outros ainda levados para áreas mais distantes da sede do município.

Durante a coleta de dados, é perceptível que os migrantes denominados peões na época, tratam tudo com naturalidade, e até se sentem orgulhosos, pois de alguma forma contribuíram para o processo de “colonização” da localidade. Porém, muitos, mesmo que com “*medos de dizer todo que sabem* (morador 3), ainda que em breve instantes, se mostram indignados com a forma que a história é contada. O relato abaixo demonstra que a disputa

⁵Porto dos Gaúchos, localiza-se a uma latitude 11°32'07" sul e a uma longitude 57°24'52" oeste, estando a uma altitude de 259 metros, a temperatura média 24° C., máxima 40° C, menos 0° C. A agricultura está calcada nas culturas perenes de milho, soja, arroz, feijão, cana-de-açúcar e de subsistência. Disponível em: <<www.portodosgauchos.mt.gov.br>>. Acesso em: 31 de outubro de 2017.



territorial foi marcada pela exclusão étnico-racial, mas que não se encontra nos registros oficiais a respeito do município.

Era muito difícil conseguir um pedaço de terra aqui. Meu pai me contava que pra conseguir comprar aqui, precisou de um testa de ferro, tipo um intermediário pra poder comprar. Imagina se eles não queriam vender, meu pai preto e baiano. Aí pediu pra um que tinha os contatos com os grandes, que era branco, ele comprou como se fosse pra ele e depois passou para meu pai. (MORADOR 01).

Por meio deste relato podemos observar que o processo de colonização deste município se deu de forma seletiva, onde não era qualquer pessoa que conseguia seu espaço. Havia uma espécie de seleção, mesmo que de forma meio oculta, para que tivessem um padrão a sociedade que estava se formando.

A visão que tenho de minha infância é de meu avô contando e repetia várias vezes à mesma história das pingas com venenos que eram dadas aos indígenas, como modo de extermínio mais rápido. Aos poucos os “colonizadores” foram impondo sua cultura, suas maneiras e suas ideologias que foram moldando e formando a cidade e os cidadãos de Porto dos Gaúchos.

O Município de Porto dos Gaúchos foi palco de muitas lutas, conflitos e silenciamento. Suas marcas estão presentes até nos dias de hoje, na cultura, no modo de viver e toda a população que ainda hoje possui reflexos de todo processo histórico de colonização aqui ocorrido. O processo de colonização ou de (re) ocupação (SANT’ANA, 2009) de Porto dos Gaúchos se deu maneira conflituosa e até mesmo sangrenta. Nesse meio histórico pouco se ouviu sobre as mulheres e seus papéis desempenhados nesse encadeamento histórico.

Aos relatos que tivemos e pelas fotografias em registros oficiais podemos perceber que o papel da mulher no decorrer da história de Porto dos Gaúchos se enquadra ao modelo do patriarcado. Era de sua obrigação as tarefas domésticas, lavar, cozinhar, cuidar dos filhos e também cuidar das pequenas lavouras e hortas de onde vinha os mantimentos para alimentação diária. A partir disso, podemos perceber que o município em questão trás em seus traços culturais um modelo de família tradicional e que possui dificuldades de aceitação e até mesmo de respeito ao que foge desse padrão, e de forma sutil vai introjetando suas visões de mundo e determinando comportamentos.

Para Quijano (2005) a invisibilidade de populações negra e indígena é uma marca das sociedades colonizadas da América Latina. A *colonialidade do poder* debatida pelo autor foi



uma forma de classificação entre humanos colonos e colonizados à partir do critério de raça como forma de subalternizar um grupo do outro. Para além das relações de poder estabelecidas entre colonizadores e colonizados, autoras feministas latino-americanas defendem a necessidade de refletir sobre o lugar das mulheres nessa relação, pois os processos de dominação de um grupo pelo outro ocorre de forma mais violenta em relação à dominação de gênero (LUGONES, 2014).

3. Gênero, sexo e orientação sexual: conceitos e percepções

As reflexões sobre gênero surgiram à partir da década de 1970, demarcando à ideia que o masculino ou o feminino não são características determinadas pela natureza, mas são construções culturais que variam historicamente (LOURO, 2001). O termo de gênero surgiu por teóricas (os) e estudiosas (os) e mulheres que lutavam pela causa, devido à força aplicada ao ressurgimento dos movimentos feministas. Essa expressão começou a ser utilizada justamente para marcar que as diferenças entre homens e mulheres não são apenas de ordem física, biológica. Como não existe natureza humana fora da cultura, à diferença sexual anatômica não pode mais ser pensada isolada do "caldo de cultura" no qual sempre está imersa (LOURO, 2001). Assim, o conceito gênero também está ligado à sexualidade humana, em que os sujeitos podem se identificar e comporta-se de maneira contrária as expectativas culturais e sociais.

Nada há de puramente “natural” e “dado” em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura. Ainda que teóricas e intelectuais disputem quanto aos modos de compreender e atribuir sentido a esses processos, elas e eles costumam concordar que não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente (LOURO, 2008, p. 02)

Para a biologia existem dois sexos: macho ou fêmea, determinados pelos seus órgãos genitais. Já o conceito gênero (SCOTT, s/a), não se fala apenas de macho ou fêmea, mas de masculino e feminino, em diversas e dinâmicas masculinidades e feminilidades. Gênero, portanto, remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a



disputas materiais e simbólicas. Embora a maioria das mulheres se reconheça no gênero feminino e a maioria dos homens no masculino, isto nem sempre acontece.

Falamos, então, de pessoas cujo sexo biológico discorda do gênero psíquico: são os travestis e transexuais, ou transgêneros. A esse fator denominamos identidade de gênero que é como nós reconhecemos nos sentimos independente do sexo anatômico – macho ou fêmea. Assim, um homem pode se sentir “afeminado” e possuir essas características e vice-versa. Sabe-se, porém, que nem sempre isso está ligado à sua orientação sexual, esta, por sua vez, designa o desejo que se sente à atração física por outrem. Pode-se ser heterossexual, bissexual, homossexual e assexual. A homossexualidade consiste, portanto, no desejo que se tem por pessoas que possuem o mesmo sexo anatômico. Para Louro (*apud* SCOTT, s/a, p. 21) esse conceito surgiu da seguinte forma,

É através das feministas anglo-saxãs que *gender* passa a ser usado como distinto de *sex*. Visando “rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual”, elas desejam acentuar, através da linguagem, “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo.

Já o gênero é fruto de uma construção histórica e cultural. Se tivermos nossos pensamentos orientados pelas representações dominantes do que é ser masculino ou feminino isso acaba reproduzindo na maneira de educar meninos e meninas de acordo com que a nossa cultura entende.

A conduta de homens e mulheres é originada por uma espécie de programação cultural, porém não existe uma relação direta entre os órgãos genitais (masculino e feminino) em si com o comportamento desempenhado por homens e mulheres, há todo um processo de construção de gênero que acontece desde a infância. Neste processo de construção, a identidade de gênero entra como um fator definidor, pois se refere à maneira como o sujeito se sente, se identifica, se apresenta para si e para os outros, como ele é percebido se como masculino ou feminino, ou ainda uma mescla dos dois, independente do sexo biológico. (HEILBORN, BARRETO, 2010, p. 38).

Não se pode falar de gênero sem falar de sexualidade. Louro (1998, p. 25) diz que “É importante que notemos que grande parte dos discursos sobre gênero de algum modo incluem ou englobam as questões de sexualidade”. Foucault, em sua obra *a História da Sexualidade* (1988), diz que é “possível compreender a sexualidade como uma invenção social, ou seja,



que ela se constitui a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normalizam, que instauram saberes, que produzem “verdades” (FOUCAULT, 1988, p. 26).

4. Políticas públicas educacionais para promoção da igualdade de gênero: (Des) construções do Plano Municipal de Educação em Porto dos Gaúchos-MT

É importante ressaltar que toda e qualquer forma de discriminação às pessoas é contra Lei e afeta a dignidade humana. A Constituição Federal de 1988, que é a supremacia do regimento do país determina em seu artigo 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, ou seja, não existe diferença de raça, crença, gênero, sexo ou orientação sexual. Todos deveriam ser tratados da mesma forma e possuírem os mesmos direitos.

Também à Declaração Universal dos Direitos Humanos criado pela ONU (Organização das Nações Unidas) tem o intuito de conceituar à ideia de liberdade de pensamento e expressão e à igualdade perante à lei. Esses direitos são respeitados mundialmente, deixando, portanto, claro que não há distinções de forma alguma.

Artigo II - Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição

Para que de fato se respeite o outro na sua diferença, é necessária uma sociedade que exerça a cidadania. Esta, por sua vez, nada mais é do que o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais previstos na Constituição, é a consciência dos seus direitos e obrigações, contribuindo para o bem individual e coletivo para se conviver de forma harmoniosa em uma sociedade.

No Brasil, o primeiro documento oficial a reconhecer publicamente homossexuais no campo da promoção dos Direitos Humanos é o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), elaborado em 1996. Com a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), em 2001, e a elaboração do PNDH II, em 2002, são incluídas algumas ações direcionadas a LGBT.



A partir de 2003, as articulações entre LGBT e Direitos Humanos ganham novo impulso: 1) com a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), que passa a ter status de ministério e incorpora o CNCD, como instância de participação e controle social; e 2). Com a designação de um grupo de trabalho para elaborar um plano de combate à homofobia, que deu origem ao “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” em seu formato interministerial (DANILIAUSKAS, 2011).

Qualquer forma de discriminação, preconceito e/ou indiferença para contra o Ser Humano estará em total desacordo com as leis e preceitos de uma sociedade que vive e busca constantemente da democracia. A liberdade de escolha, de ir e vir, de expressão tem quer ser válida em todos os setores sociais, culturais e políticos das pessoas de uma sociedade.

Um dos caminhos para repensar o preconceito e a discriminação com relação à identidade de gênero e à orientação sexual é através da educação escolar. A escola é um espaço que tem como uma das funções sociais a promoção ao respeito à pluralidade de identidades de gênero existentes em nossa sociedade. Incluir essa discussão no currículo escolar é de grande relevância e que seja pensado de maneira que contemple a heterogeneidade presente na sociedade e suas diversas formas de manifestação.

Durante a formulação até a aprovação do PME no município de Porto dos Gaúchos houve diversos debates, e, posteriormente a retirada dos termos gênero e sexualidade do documento. Após a propagação em nível nacional, das idéias difundidas por grupos religiosos acerca de uma ideologia de gênero⁹, a mesma aparece como uma ameaça aos modelos da família tradicional patriarcal. A chegada essa discussão a Porto dos Gaúchos está trazendo alguns embates sobre a retirada dos termos inclusive legitimado pela aprovação da Lei municipal nº 563/2015.

Para compreendermos como ocorreram essas discussões discorreremos algumas concepções e compreensões dos sujeitos entrevistados sobre o processo de formulação, debates e aprovação do PME do município de Porto dos Gaúchos.

A entrevistada Frida⁶ nos relata que participou da construção do PME, pois como professora e cidadã é um direito que se tem. Teve uma participação efetiva, já que se reuniram

⁶ As pessoas entrevistadas tiveram suas identidades preservadas e são representadas pelos nomes: Frida, Cazuza e Laerte.



para fazer estudos que contribuíssem na formulação e sua organização na conferência.

Eram separados por eixos, e pertencia a cada turma formular ou se basear no Plano Nacional de Educação, tipo assim, pra construir o seu próprio plano, o municipal né. Daí, até então, nós tivemos algumas discussões antes é... e no debate foi separado por grupos, onde as pessoas de cada sala iam construir, ia falar sobre aquele eixo temático. Então, daí nós não tivemos o eixo com a questão da diversidade, foi uma coisa assim que nós questionamos, algumas pessoas questionaram com professor Enos que ate então era presidente do Sintep, o porquê que não exista a questão da diversidade para trabalhar gênero, pra trabalhar relações raciais, daí ele falou assim que não era um eixo específico que era pra ser contemplado e ate então foi uma coisa que não foi incluída. (FRIDA).

Cazuza, outro entrevistado teve participação antes, durante e até mesmo depois da aprovação do Plano diz sobre sua participação nas discussões e que esteve envolvido a questão pertinente:

Os conferencistas e os funcionários da educação disseram: ah, mais tinha que ter uma meta, um eixo só sobre as questões das diversidades, ai na questão levantada, ai teria toda a questão racial, indígena, LGBT, tudo aquilo que se compreendia como diversidades estariam dentro desse eixo, ou dessa meta que fosse pra ter no PME, mas como nós já estávamos no dia da conferencia e o regimento da conferencia dizia assim, que aquelas questões de mérito, aquelas questões de acrescentar ou excluir totalmente estavam impossibilitadas no dia da conferência, então foi feito duas estratégias para contemplar as questões das diversidades de maneira geral, questão étnico racial, questão indígena, ficou lá dentro de uma das metas e estratégias para serem desenvolvidas nos próximos dez anos, questão da inclusão e toda essa coisa que era discutida. E em seguida, após a aprovação do plano na conferência foi que começou à surgir no âmbito nacional e estadual a questão da identidade de gênero.

Seguido por *Laerte* que nos diz:

O que aconteceu, na formação das comissões quando é que vai estudando eixo a eixo, vai formando as comissões, as câmaras e vai estudando cada eixo, então não foi feito esse trabalho especificamente para esse eixo. Tanto é que no dia da plenária tinha uma professora da universidade que veio participar, porque ela discute as relações raciais etc. então ela disse “cadê o eixo do gênero? Vocês não fizeram?” então foi colocado que seguia o PEE e o PNE e lá nesses dois planos havia aí foi colocado no plano e estava lá gênero, sexualidade pra que fosse garantido la no PME, mas não teve um eixo específico não, teve sim o que a professora perguntou “cadê o eixo de gênero e diversidade racial”, aí eu falei olha nós não temos esse eixo não, ele esta englobado junto com outros.

Podemos perceber pelas respostas dos 03 sujeitos/as entrevistados/as *Frida*, *Cazuza* e *Laerte* que houve questionamento durante a conferência sobre não ter um eixo específico que tratasse sobre diversidades, e ao que foi posto, a construção do PME se baseou no PNE, e



como o questionamento só fora feito no dia da conferência, o regimento da mesma não contemplaria um eixo específico, mas que fora sugerida como metas e as mesmas foram incluídas com a mesma redação escrita no PNE, ou seja, havia nela, até então, os termos gênero e sexualidade escrito.

Vale ressaltar que Renato Russo representante do Conselho LGBT não esteve presente durante a conferência, porém se fez presente nas discussões durante a aprovação do mesmo pelo poder legislativo local. Após o processo de elaboração e aprovação em conferência, o PME vai para o legislativo que é votado e transformado em Lei.

Conforme relato de Cazuzá:

No nosso aqui já, mas não tinha sido sancionado, não tinha virado Lei. A conferência aprovou, aí é encaminhado para o legislativo, o legislativo faz o projeto de Lei e manda pra câmara, mas lá na conferência com mais de duzentas pessoas estava aprovada e com as estratégias que tinham a redação sobre a questão da identidade de gênero aí começou essa discussão a nível nacional, a nível estadual, o congresso nacional discutindo isso, congresso e a redação estadual, e aquele lobi grande que teve em torno disso.

Percebe-se por meio das narrativas que até antes da aprovação na câmara, foi incluso os termos, porém após uma repercussão nacional da disseminação de uma suposta ideologia de gênero e o envolvimento da religião em torno das políticas públicas educacionais inicia um debate para aprovação do mesmo tendo os termos já citados em evidência. Nessa perspectiva, os sujeitos entrevistados relatam.

Esse debate foi levado para câmara, até então para aprovação do plano, porque foi uma coisa solicitada, levada para o presidente do SINTEP e daí foi levado para Secretaria de educação, as pessoas que faziam parte da formulação no PME. Mas por questões religiosas, por, pela sociedade em si porto-gaúchense ser bastante tradicional, eles preferiram deixar fora essa questão, por votações, deixar fora essa questão porque ele tem muita dificuldade de trabalhar até com os próprios professores da escola. (FRIDA).

A partir desse relato podemos compreender que o PME ao chegar à câmara e se deparar com toda polêmica que o assunto gerou, tem outros direcionamentos daquele proposto inicialmente. Algumas entidades de Porto dos Gaúchos se posicionaram levando ao debate à Câmara, como diz um dos entrevistados.

Essa questão da redação sobre a identidade de gênero como tava no *lobby* da discussão nacional e estadual chegou aqui também, aí chegou, não a gente precisa marcar uma reunião, precisamos ver, como que faz porque não pode, porque aquela



questão das discussões dos banheiros que agora vai ter que o menino vai poder freqüentar o banheiro da menina e vice versa, porque não tem mais a distinção da identidade de gênero, enfim, essa discussão. As entidades religiosas começaram também a cobrar dos vereadores, do poder legislativo da época, houve uma panfletagem que não tinha origem, mas chegou um panfleto aqui nessa casa, eu acompanhava enquanto sindicalista e ainda presidente do conselho, aquele panfleto não tinha origem nenhuma, mas trazia uma discussão bem superficial de que aquilo era extremamente nocivo e ia condenar a educação do Brasil se deixasse aquela redação ali no PME. (CAZUZA).

Seguido da narrativa de Renato Russo:

Foi através de, pelo que me lembro, as próprias igrejas estavam mandando ofícios, panfletos, chegava panfletos lá na câmara, e-mails também de deputados federais, deputados estaduais, deputados da linha religiosa, que falava “oh vai chegar tal projeto aí, vocês tiram isso, tiram aquilo, mas eles passam assim com tipo pra induzir uma coisa que não existe, tipo do banheiro masculino ser um banheiro só, de ter um banheiro par todos os gêneros, deu até exemplo de cidades do exterior sendo que na verdade aquilo era falso, eram notícias falsas. Então assim, os vereadores ficaram preocupados pela questão do que isso poderia criar na sociedade, a polêmica.

O discurso esta voltado pela influência da religião na política nacional, e neste caso, municipal. É perceptível que a mesma ainda possui um poder de decisão sobre a sociedade de maneira geral e infere em direitos básicos o que contraria a laicidade do Estado como assegura a Constituição Federal de 1988.

Laerte nos diz que o pensamento levado à discussão foi o de que estava sendo implantando com o PME “que as escolas iam ser obrigadas a implantar a ideologia de gênero, trazendo algumas coisas das igrejas, de algumas igrejas evangélicas, da igreja católica pra dentro da discussão”.

[...] a produção do conhecimento foi legitimada por espaços dominados por uma elite machista e economicamente favorecida, principal responsável pela (re) produção de uma ciência que assegurou e conferiu a esses grupos seus privilégios de classe, especialmente, dentro das universidades públicas, produzindo pesquisas que legitimem as relações de exploração e opressão. (AZINARI, 2016, p. 36).

Assim, compreendemos que a escola e a universidade são espaços plurais de saberes e sujeitos múltiplos, que conferem à nossa existência o sentimento de humanidade. É a diversidade que nos constitui como seres únicos, dotados de cultura. A falas dos pesquisados demonstram que a “ideologia de gênero” assumiu o discurso das frentes conservadoras presentes nas discussões dos Planos Municipais, não apenas localmente, a partir de uma



distorção da finalidade de inserir gênero e sexualidade nos documentos oficiais desconsiderando os estudos de gênero, bem como, da própria LBD nº 9.394/96 enquanto produto dos movimentos sociais que representam as diversas categorias humanas.

Considerações Finais

Os debates em torno das relações de gênero presentes ou (in) visíveis durante a construção e posterior aprovação da Lei Municipal nº 563/2015 causaram grandes impactos nas legislações com a retirada dos termos Identidade de Gênero e Orientação Sexual após a propagação da “ideologia de gênero”.

Na percepção da análise do PME foi observado que foram excluídas todas as terminologias que se referiam as palavras gênero e sexualidade dos itens 7.10 e 12.17, em que o projeto de lei proposto apresentou no seu contexto o desenvolvimento de projetos curriculares voltados para gênero e sexualidade e foram substituídos apenas pela ênfase de promoção a cidadania e a erradicação de “todas as formas de discriminação”.

A discussão legal do PME foi fundamentada numa visão pautada pela “ideologia de gênero” cuja aprovação dos referidos termos hipoteticamente poderiam significar a permissão da inclusão desta ideologia nas escolas, e, portanto foi duramente refutada pelos legistas, o que possibilitou verificar como a cultura local influencia na concepção de gênero dos sujeitos entrevistados.

Percebemos a necessidade de se discutir gênero nas escolas, pois sabemos que por meio da educação possibilita-se o pensamento crítico, reflexivo e ação construtiva no mundo. Por meio dessa discussão no ambiente escolar abre-se espaço para desconstruir preconceito, discriminação, homofobia, machismo. Dessa forma, abre espaço para fazer como que a escola proponha a seus alunos e alunas que desconstruam preconceito de gênero e contribuindo para a construção de novos moldes de uma sociedade mais justa e igualitária, assim como uma escola laica, plural e democrática.



Referências

AZINARI, Amanda Pereira da Silva. **Constituir a vida numa região de fronteira: trajetórias de mulheres-professoras trabalhadoras do campo em Juara/MT/** Dissertação de Mestrado (Educação). Cáceres/MT: UNEMAT, 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso: set. 2017.

BRASIL. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Rogério Diniz Junqueira (organizador). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96** de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC, 1996.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Vol 02. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CÂMARA. **Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos**. www.camaramunicipaldeportodosgauchos.mt.gov.br> Acesso 29 de out de 2017.

CLANDININ, D. Jean. CONELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CONFERÊNCIA. Congresso Nacional Online sobre Diversidade Sexual. Palestra Jimena Furlani, 2016 - disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ro1O10l0v8>. Acesso em: 08 dez 2017.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do programa Brasil sem homofobia**. Dissertação de mestrado do Programa de pós graduação em educação da Universidade São Paulo, área de concentração Sociologia da educação, São Paulo : 2011.

DECLARAÇÃO. **Declaração universal dos direitos humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Jorge Zahar - RJ, 1994.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia (Orgs). **Gestão de políticas públicas em gênero e raça/GPP-GeR Módulo II, políticas públicas e gênero**. Rio de Janeiro: CPESC; Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as mulheres, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pró - Posições, v.19, n. 2 (56). maio/ago. 2008.



_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos feministas**, Florianópolis, 22(3): 935-952, setembro-dezembro/2014

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos rumos.** Ano 17. No 37, 2002

SANT'ANA, Daniela Alves Braga. **Alianças multifacetadas: colonização de Juara –Mato Grosso- discursos, práticas culturais e memórias (1971-2008) /** Dissertação de Mestrado (História). – 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas.** 2. ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Disponível <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/categoriautilanalisehistorica.pdf>> Acesso em set. 2020.

Recebido: 20/10/2020

Aprovado: 27/11/2020

Publicado: 31/12/2020